

HABILITAÇÃO RADAR/SISCOMEX – PESSOA JURÍDICA REVISÃO DE ESTIMATIVA

O requerimento de revisão de estimativa é o procedimento destinado a permitir ao requerente demonstrar sua existência de fato e sua capacidade financeira através da comprovação de receita bruta, funcionários empregados, disponibilidades financeiras, entre outras possibilidades, **PARA A ALTERAÇÃO DA SUBMODALIDADE.**

IMPORTANTE:

- Toda a documentação deve ser apresentada em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no "ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE" constante deste CD.
- A lista de documentos abaixo já está separada de acordo com a estrutura de arquivos presente no roteiro acima mencionado. Por exemplo, os documentos citados no item "C – DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO" devem ser digitalizados em um único arquivo PDF e gravados com o nome de Doc_Identificação.PDF.
- A partir de 21 de março de 2016, de acordo com o Art. 2º, parágrafo 3º da IN RFB Nº 1608/2016, **as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado deverão fazer a juntada de documentos a dossiê digital de atendimento no e-CAC, através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada de Documentos (PGS).** Assim, a recepção na RFB será apenas da solicitação de abertura do dossiê.
- As demais pessoas jurídicas poderão optar pela juntada via e-CAC, através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada de Documentos (PGS), ou mediante atendimento presencial nas Unidades da RFB.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

A – DOSSIÊ DIGITAL DE ATENDIMENTO

(NOME DO ARQUIVO: Sodea.PDF)

1. Formulário SODEA - Solicitação de Dossiê Digital de Atendimento, disponível na página da RFB na internet em **FORMULÁRIOS – OUTROS ASSUNTOS – DOCUMENTOS DIGITAIS – SOLICITAÇÃO DE DOSSIÊ DIGITAL DE ATENDIMENTO** (Obs. Para melhor resultado, salve o formulário no computador e preencha-o com o software ADOBE READER).
2. Documento de identificação do signatário da SODEA
3. Instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, se a SODEA for assinado por procurador (caso o formulário seja assinado digitalmente, o procurador deverá ser constituído através de "Procuração para o Portal e-CAC", com opção "processos digitais";
4. **READ em papel.** Se o READ for assinado digitalmente, também deve ser gravado como PDF no mesmo dispositivo de entrega (CD, PEN DRIVE), com o nome READ-Assinado.PDF.

NO ATENDIMENTO DO CAC/DELEX É ACEITA A APRESENTAÇÃO DA SODEA EM PAPEL, JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DOS ITENS 2 E 3. NAS DEMAIS UNIDADES DA RFB A ENTREGA É EXCLUSIVAMENTE EM FORMATO DIGITAL

B – PETIÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Peticao.PDF)

1. Requerimento de Habilitação - disponível na página da RFB na internet em **FORMULÁRIOS - FORMULÁRIOS ADUANEIROS – SISCOMEX - REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO AO COMÉRCIO EXTERIOR**. (Obs. Para melhor resultado, salve o formulário no computador e preencha-o com o software ADOBE READER):
- Assinalar no campo 6 do Quadro I (Tipo de Requerimento) a opção “**REVISÃO DE ESTIMATIVA**”;
- No campo 10 (Enquadramento Habilitação Expressa) deve ser marcada a hipótese na qual a revisão se baseia.

C – DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

(NOME DO ARQUIVO: Doc_identificacao.PDF)

2. Documento de identificação dos signatários das petições e do READ;
3. Documento de **identificação do Responsável perante o sistema informatizado** (indicado no Quadro IV do Requerimento de Habilitação);
4. Instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, se algum documento for assinado por procurador;
5. Ato constitutivo da pessoa jurídica e suas alterações ou sua última consolidação e alterações, se houver;

D – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

(NOME DO ARQUIVO: Doc_Comprobatorios.PDF)

6. Certidão simplificada ou específica emitida pela Junta Comercial, expedida há no máximo 90 dias;

A comprovação da existência de capacidade financeira superior à previamente estimada se dará das seguintes formas:

I – a existência de recursos financeiros de livre movimentação ou de liquidez imediata da própria requerente, suficientes para a realização de suas operações de comércio exterior, registrados em contas de disponibilidades do ativo circulante, nos termos do art. 179 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976:

COMPROVAÇÃO: Registros contábeis, extratos bancários e outros documentos, tanto da própria requerente como de suas eventuais fontes, que comprovem a origem lícita, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos financeiros registrados em contas de disponibilidades do ativo circulante, na hipótese prevista no inciso I do parágrafo único do art. 4º;

II – a fruição de desonerações tributárias, tais como isenções e imunidades a que a requerente faça jus, que ensejem o não recolhimento total ou parcial dos tributos elencados nos incisos I ou II do caput do art. 3º;

COMPROVAÇÃO: Embasamento legal da desoneração tributária, comprovante de habilitação a eventual regime especial de tributação, caso a legislação específica assim exija, e planilha demonstrativa de apuração dos tributos e contribuições não recolhidos em razão da desoneração, na hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 4º;

III – a existência de recolhimentos realizados mediante Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) que demonstrem haver capacidade financeira superior à previamente estimada, no

caso de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional;

IV – a existência de recolhimentos a título de Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta (CPRB) que demonstrem haver capacidade financeira superior à previamente estimada, no caso de pessoas jurídicas sujeitas a tal incidência de contribuição, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011;

V – o início ou a retomada das atividades operacionais da pessoa jurídica requerente há menos de 5 (cinco) anos.

COMPROVAÇÃO: Notas fiscais de venda relativas ao período definido no inciso V do art. 6º, na hipótese prevista no inciso V do parágrafo único do art. 4º; ou

documentos que comprovem o que for alegado a respeito de sua capacidade financeira, no caso do motivo do requerimento de revisão ser diverso das hipóteses previstas no parágrafo único do art. 4º.

Caso a origem dos recursos seja comprovada mediante contratos de financiamento ou de empréstimo obtidos pela requerente ou sua fonte recursos, deverão ser apresentados, dentre outros documentos:

- Contrato de financiamento ou de empréstimo obtidos pelos sócios para fins de integralização do capital social da empresa, contendo:

1. Identificação dos participantes da operação: devedor, fornecedor, financiador, garantidor e assemelhados;

2. Descrição das condições de financiamento: prazo de pagamento do principal, juros e encargos, margem adicional, valor de garantia, respectivos valores-base para cálculo, e parcelas não financiadas; e

3. Forma de prestação e identificação dos bens oferecidos em garantia.

- Quando a origem dos recursos for justificada mediante a apresentação de instrumento de contrato de financiamento ou de empréstimo que não tiver sido firmado com instituição bancária ou financeira:

I – o provedor dos recursos também deverá justificar a sua origem, disponibilidade e, se for o caso, efetiva transferência;

II – caso o financiador ou mutuante seja pessoa jurídica, deverão ser identificados os integrantes de seus quadros societário e gerencial; e

III – caso o fiador ou avalista seja pessoa jurídica, deverão ser também identificados os integrantes de seus quadros societário e gerencial.

- No caso de prestação de garantia real, deverá ser feita a prova da correspondente averbação no competente registro.

- Os elementos de prova referentes a transações financeiras deverão estar em conformidade com as práticas comerciais.

- No caso de comprovação baseada em recursos provenientes do exterior, além dos elementos de prova previstos no caput, deverão ser apresentadas cópias do respectivo contrato de câmbio e dos registros realizados no módulo Investimento Estrangeiro Direto (IED) ou Registro de Operação Financeira (ROF) dos Registro Declaratório Eletrônico (RDE) do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), conforme o caso.

- Na hipótese do § 4º, caso o remetente dos recursos seja pessoa jurídica, deverão ser também identificados os integrantes de seus quadros societário e gerencial.

A planilha demonstrativa de apuração dos tributos e contribuições não recolhidos em razão da fruição de desoneração tributária, quando exigível, deverá conter todos os elementos necessários para demonstrar o cálculo dos valores desonerados, tais como bases de cálculo e alíquotas integrais (desconsideradas as regras de desoneração) e efetivas (consideradas as regras de desoneração), a cada período de apuração.

A pessoa jurídica requerente fica dispensada da apresentação das notas fiscais de venda, exigidas na hipótese do inciso V do caput, caso seja obrigada à emissão de notas fiscais eletrônicas (NF-e).

A mera alegação não supre a ausência de documentação probatória, salvo se possível a obtenção das informações necessárias nas bases de dados da RFB.

A apresentação de obrigação acessória meramente declaratória não supre a necessidade de comprovação de capacidade financeira.

Observações:

- Adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, no e-CAC (Ver item 2 no ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE). Não é necessária a apresentação de comprovante da adesão, mas a falta da adesão é motivo de indeferimento do pedido;
- Qualquer documento apresentado deverá estar em conformidade com a cláusula de administração dos contratos da empresa, devendo estar assinado por quantos sócios ou procuradores forem estipulados na mencionada cláusula;
- **A não apresentação de qualquer um dos documentos acima mencionados deve ser justificada por escrito.**
- Nos casos de recurso contra decisão no processo, este deve ser apresentado em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no "ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE" constante deste CD e deverá conter, obrigatoriamente, uma petição de instrução do recurso, informando o número do processo ao qual o recurso se dirige.
A partir de 21 de março de 2016, de acordo com o Art. 2º, parágrafo 3º da IN RFB Nº 1608/2016, **as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado deverão fazer a juntada de documentos a processo ou dossiê digital de atendimento no e-CAC, através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada de Documentos (PGS)**. Assim, nesses casos não ocorrerá a recepção de recursos na RFB.
- A assinatura firmada no READ é a prova de que as informações contidas nos arquivos digitais foram prestadas pelo signatário e é o ateste do contribuinte, sob as penas da lei, de que as imagens entregues sem a expressão "cópia simples" são imagens obtidas de documentos originais que estão em seu poder, ficando resguardado à RFB, a qualquer momento, o direito de solicitar os documentos originais, conforme prescrito no § 3º do artigo 1º da Portaria MF nº 527, de 9 de novembro de 2010.

DOWNLOAD DE FORMULÁRIOS

SODEA - SOLICITAÇÃO DE DOSSIÊ DIGITAL DE ATENDIMENTO:

Disponível na página da RFB na internet em **FORMULÁRIOS – OUTROS ASSUNTOS - DOCUMENTOS DIGITAIS - SOLICITAÇÃO DE DOSSIÊ DIGITAL DE ATENDIMENTO** (Obs. Para melhor resultado, salve o formulário no computador e preencha-o com o software ADOBE READER).

REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO:

Disponível na página da RFB na internet em **FORMULÁRIOS – ADUANA E COMÉRCIO EXTERIOR – SISCOMEX - REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO**. (Obs. Para melhor resultado, salve o formulário no computador e preencha-o com o software ADOBE READER).